



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/02/2020 a 25/08/2021

Indexação: "PL 4670/2020"

Documento 1/1

95.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 25/08/2021 -
	CD	17:00
Publ.: DCD - 26/08/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Violação de direitos constitucionais dos povos originários pelo Projeto de Lei nº 490, de 2007, sobre a alteração da Lei nº 6.001, de 1973, relativa ao Estatuto do Índio. Pedido ao Supremo Tribunal Federal, pelas lideranças indígenas, de arquivamento da proposta de adoção da tese do marco temporal na demarcação de suas terras. Retomada dos incêndios nos pantanais de Mato Grosso do Sul, de Mato Grosso e em outros biomas brasileiros. Relato das ações da Comissão Externa destinada ao acompanhamento e promoção de estratégias de enfrentamento de queimadas nos biomas brasileiros. Pedido à Presidência de votação dos Projetos de Lei de nºs 11.276, de 2018, sobre a instituição da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo; 9.950, de 2018, relativo à conservação e o uso sustentável do Bioma Pantanal; e 4.670, de 2020, acerca da instituição da Política de Acolhimento e Manejo de Animais Resgatados - AMAR.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, venho a esta tribuna, primeiro, para agradecer ao Líder Bohn Gass, que autorizou esta fala, em nome do nosso partido, sobre um drama que o País está vivendo novamente: os incêndios no Pantanal, no Cerrado e em outros biomas do Brasil. Antes, porém, eu gostaria de fazer uma referência necessária a mais uma tentativa de ataque aos nossos povos originários, o ataque ao direito à terra no contexto da mais ampla e nociva agenda anti-indígena.

O Projeto de Lei nº 490, de 2007, que está no topo dos projetos mais ameaçadores, praticamente acaba com a demarcação de terras indígenas no País, ao tempo em que permite a violação desses territórios ao incentivar atividades econômicas com base na tese do marco temporal, quer flexibilizar a entrada de empreendimentos econômicos nos territórios indígenas e impedir novas demarcações, além de restringir os direitos previstos nos arts. 231 e 232 da Constituição da República. As entidades indígenas pedem o



arquivamento deste projeto.

É ao lado dos povos indígenas, mais uma vez mobilizados na Esplanada dos Ministérios, que nós estamos.

Nós precisamos barrar essa agenda anti-indígena, que segue em pauta no Congresso Nacional, sobretudo contra o marco temporal. Os povos originários do Brasil são os verdadeiros guardiões do meio ambiente. Eles tratam a terra como se ela fosse sua mãe. A terra é o coração dos povos indígenas, e nós devemos respeitá-los. Nós chegamos aqui muito depois deles. Trata-se de povos milenares. Portanto, este é o momento de o STF dar a eles esta garantia, é o momento de o povo brasileiro reconhecer suas culturas, línguas, lutas e tradições, que não começaram em 1988.

Sr. Presidente, além deste, ocorre outro ataque absurdo ao nosso País. Há dias, o Pantanal de Mato Grosso do Sul arde em chamas, e há uma apreensão diante da potencial ampliação de queimadas em mais áreas. O Estado de Mato Grosso, nosso irmão, também está nesta situação. Nós estamos vendo a Chapada dos Guimarães, uma área do Cerrado, em chamas, assim como estamos vendo chamas em São Paulo, em todos os Estados do Brasil.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nós tivemos 11 meses de intensos debates e a priorização de proposições no âmbito da Comissão Externa criada por esta Casa que se dedica a acompanhar e a promover uma estratégia nacional para enfrentar as queimadas nos biomas. Esta Comissão foi prontamente criada, no ápice do fogo do ano passado, para tratar das proposições de que falarei adiante. Nós solicitamos a atenção da Mesa, especialmente do nosso Presidente Arthur Lira, para produzirmos avanços e efetivamente contribuirmos para mitigar os impactos das queimadas e enfrentarmos as causas da destruição.

Dados do Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, apontam que em 2021 já foram queimados 261.800 hectares do Pantanal. No ano passado, foram queimados 26% de toda a área. A maior planície úmida do mundo está encolhendo, encolhendo sem volta. Nós estamos vendo seca a planície, estamos vendo secas suas lagoas, seus animais estão morrendo. Os incêndios estão concentrados fortemente em Mato Grosso do Sul, nas cidades de Porto Murtinho e Corumbá. Porém, há registros de focos de calor também no Pantanal de Mato Grosso.

A tragédia de 2021 tem sido denunciada, desde o ano passado, pela Comissão Externa desta Casa que coordeno, junto com 22 Parlamentares, um grupo dedicado, que está extremamente preocupado com a situação. Nós fizemos mais de 30 audiências, o que

nos permitiu conhecer fortemente a situação do Pantanal e dos demais biomas. Já viajamos por todos os biomas brasileiros. Viajamos pela ciência, com discussões sobre todos os biomas.

Foi debatido, Sr. Presidente, o PL 11.276/18, cuja urgência votamos ontem. Ele é chamado de "PL do Fogo". A discussão já foi feita praticamente com todos, para que possamos realmente ter ações de controle do fogo em todo o País. Também debatemos o PL 9.950/18, que dispõe sobre a conservação e o uso sustentável do Bioma Pantanal; e o PL 4.670/20, que institui a Política de Acolhimento e Manejo de Animais Resgatados - AMAR. Estes projetos de lei vão dar sustentabilidade ao Pantanal, diminuir os impactos das queimadas e dar condições para que, no futuro, as crianças que hoje estão aqui e as que virão tenham condições de avançar e de continuar com o Pantanal à disposição da nossa população.

Nós conversamos com todas as instituições. Estavam presentes representantes dos Ministérios, das SEMAS dos dois Estados e do Exército Brasileiro, através do Ministério da Defesa.

Estivemos conversando fortemente com a ANA, com todos os órgãos, com as universidades brasileiras, que apresentam pesquisas. Todos os especialistas e técnicos de órgãos como o INPE e a ANA dizem claramente que nós estamos numa das piores situações do País.

Em resumo, não há ação concreta por parte do Governo para preservar o ambiente e combater os incêndios. Este Parlamento precisa ser muito proativo no encaminhamento de soluções. Os PLs que eu já listei aqui estão prontos para ir à votação pelo Plenário. O Presidente Arthur Lira já fez o encaminhamento do projeto do manejo do fogo. Precisamos votar o PL do Pantanal e o do AMAR.

Sr. Presidente, é insuportável vermos o País arder em chamas todos os anos. V.Exas. sabem o que é ver a maior planície úmida do mundo encolher? Sabem o que é ver nossos povos indígenas, que dão sustentação ao desenho natural deste País, serem perseguidos, e as pessoas que têm condições, que já têm grandes latifúndios, fazer campanha para que os indígenas derrubem a mata e o Cerrado e façam uma agricultura que não é própria da cultura deles? Se os indígenas assim decidirem, é direito deles, mas não é esta a decisão deles. O que vemos é garimpo em terra indígena, é mercúrio nos nossos rios. Como ficará o Pantanal se as cabeceiras estão completamente assoreadas e desmatadas? Como é que os rios voadores da Amazônia, que umedecem os outros biomas, vão continuar se temos espessas nuvens de fumaça no caminho e um quadro geral de destruição no País?

Diante disso, o Partido dos Trabalhadores, a Comissão Externa, que



tem praticamente a maioria dos partidos ali representados, os especialistas desta Casa, aos quais agradeço muito, estão estudando. Além destes, temos as entidades brasileiras. Vamos ouvir o INPE, a ANA. Como pode um país deste tamanho, com as belezas naturais que temos, ficar sem água no subsolo? Nós estamos fazendo deste País uma terra arrasada!

Sr. Presidente, V.Exa. tem sensibilidade pela questão ambiental. O Pantanal Mato-Grossense e o Pantanal Sul-Mato-Grossense não suportam mais isso! O Cerrado não suporta mais esta situação! A Caatinga não suporta mais isso! A Floresta Amazônica não suporta isso! A Mata Atlântica não suporta isso! Em cada bioma, há uma situação. Por isso, nós queremos votar o "PL do Fogo", que prevê como se deve fazer o manejo controlado diante da diversidade do Brasil.

Vamos unir nossas forças! Não é o momento de ficarem dizendo que nós temos que pensar na economia. Nós temos que pensar, sim, na economia, mas numa economia sustentável, numa agricultura sustentável, numa produção com sustentabilidade. Nós queremos deixar um legado para o planeta, e este legado são condições de vida para os que aqui estão e para os que virão. É muito difícil, Sr. Presidente, para nós que temos filhos e netos olharmos para a frente e pensarmos no que vamos deixar para eles!

Aqui se discute e se diz que nós temos 60% do País ainda preservados. Não temos! Nós temos projetos para tornar o País uma terra arrasada. O que nós temos de área aberta, com melhor qualidade na produção, é suficiente para abastecer o Brasil e o mundo. Vamos fazer uma agricultura sustentável! Vamos exportar produtos orgânicos e preservar o País!

O Partido dos Trabalhadores está junto nesta ação pelo Brasil.

Muito obrigada.